

## Relatório da Actividade da Direcção 1996

O ano de 1996 representou, a mais do que um título, uma nova fase na actividade do SNESup. Em primeiro lugar, ficou marcado pela eleição dos órgãos sociais, que decorreu nos dias 6 e 7 de Março. A permanência da maioria dos dirigentes que asseguraram o funcionamento do SNESup em mandatos anteriores, ainda que não exactamente nas mesmas funções, constituía, é certo, uma garantia de que a transição se faria sem sobressaltos e não determinaria substanciais mudanças de orientação. Contudo, as eleições criam sempre a expectativa de uma renovação da actividade sindical e de um reforço da capacidade de intervenção das organizações. Por outro lado, o desenvolvimento do processo de negociações com o governo, iniciado no ano anterior, tendo em vista tanto a revalorização salarial extraordinária das carreiras docentes e de investigação do ensino superior — que o SNESup há muito reivindicava — como a revisão dos estatutos, abria novas virtualidades, mas também novas exigências, à intervenção institucional do SNESup.

No essencial, a Direcção conseguiu cumprir os objectivos principais que se havia proposto, ainda que muito do seu programa esteja ainda por realizar. O SNESup tomou posição pública sobre os problemas mais importantes relativos ao ensino superior e esteve presente nos grandes debates nacionais em que foram discutidos. Poderá mesmo dizer-se que a acção da Direcção possibilitou que a voz do SNESup seja hoje escutada com maior interesse tanto pelas instituições, como pelos órgãos de comunicação social. Do mesmo modo, o SNESup conseguiu ao longo do ano reforçar a sua implantação junto dos docentes e investigadores.

Não é possível, porém, escamotear algumas dificuldades. São dificuldades que têm a ver com os riscos, para os quais a Direcção estava alertada e que por ela foram claramente assumidos, de um sindicalismo independente e sectorial: uma menor disponibilidade de meios para o exercício da actividade sindical e uma maior pressão sobre aqueles que animam a estrutura organizativa, em particular sobre um pequeno núcleo de dirigentes não profissionais. Aos custos habituais deste modelo de sindicalismo, que não está, nem estará, em causa, acresceram, porém, contrariedades imprevistas. Para tanto contribuíram as inesperadas mudanças no elenco directivo e uma certa desmobilização que, passado o momento alto das greves de Junho e Julho de 1995 e obtido o acordo de revalorização salarial plurianual com o governo, atingiu os docentes e investigadores do ensino superior e de algum modo se fez sentir no seio da própria Direcção do SNESup. Estas dificuldades, ainda que a possam ter tornado menos ambiciosa nos seus propósitos, não comprometeram o desempenho das suas funções e o desenvolvimento da sua actividade em que obteve alguns êxitos.

### **1. A política reivindicativa e as negociações com o governo: revalorização salarial e estatutos de carreira**

O mandato da anterior Direcção terminou sob o signo da assinatura pelo SNESup, no quadro da Plataforma Reivindicativa Comum (PRC) que fundou com outras organizações sindicais (FENPROF e SINDEP), de um acordo com o governo para a revalorização plurianual das carreiras docentes e de investigação do ensino superior. Esse acordo veio consignar um aumento extraordinário dos vencimentos e, mais do que isso, firmou os compromissos do governo relativamente à revalorização das carreiras até finais de 1999 e aos princípios de correcção das distorções nos seus estatutos remuneratórios. Este acordo constituiu, sem dúvida, um êxito, tanto para o movimento dos docentes e investigadores do ensino superior como para a Direcção que então terminava, da melhor maneira, o seu mandato.

Nos termos do acordo firmado com o governo, abriu-se um processo de negociações relativo aos termos da sua execução com efeitos em 1997. Nesse processo o SNESup continuou a participar no quadro da PRC. O governo só tardiamente e com algumas dificuldades encetou esse processo negocial, já depois de a PRC ter reclamado a abertura das negociações e entregue a sua própria proposta. Numa atitude de responsabilidade e boa fé, perante as dificuldades do Ministério da Educação em fazer avançar o processo antes de concluídas as negociações globais com a administração pública, a PRC aceitou protelar o início das negociações até ao início de 1997. Tratava-se de salvaguardar o essencial: o cumprimento do acordo assinado em 1996. Contudo, a proposta inicial do Ministério da Educação não podia ser aceite nos termos em que foi apresentada e as negociações só chegaram a bom termo porque a PRC obteve garantias suplementares relativamente ao cumprimento do acordo e o compromisso de que no momento da aprovação dos novos estatutos das carreiras docentes do ensino superior se faria uma revalorização salarial. A acta do acordo a que se chegou em Fevereiro deste ano entre a PRC e a Comissão Negociadora do Ministério da Educação não é, como então se disse, inteiramente satisfatória, em particular pelo montante, insuficiente, da revalorização para 1997, mas traduz o acordo possível, garantindo o cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo, ou seja, que até finais de 1999 se procederá ainda a uma revalorização de 13,6 %.

Além das negociações relativas à revalorização salarial, desenvolveram-se ao longo do ano de 1996 diversas reuniões tendo em vista a revisão dos estatutos das carreiras docentes do ensino superior. Paralelamente, as organizações sindicais que integram a PRC fizeram um esforço no sentido de se apresentarem à mesa das negociações com uma posição comum, o que foi conseguido sem dificuldades de maior e sem sacrifício das orientações próprias do SNESup. A PRC, de resto, cumpriu rigorosamente os prazos acertados com a Comissão Negociadora do Ministério da Educação para a entrega dos seus documentos e para a emissão dos seus pareceres, o que não se poderá dizer da própria comissão, a quem cabe exclusivamente a responsabilidade pelos sucessivos atrasos no calendário negocial.

A forma como foi conduzida a participação da PRC nas reuniões, apesar de um ou outro problema de coordenação, permitiu afastar o espectro de uma revisão apressada e lesiva dos direitos e interesses dos docentes. As dúvidas e questões suscitadas, as objecções aduzidas e as propostas alternativas apresentadas demonstraram o irrealismo e a desadequação de muitas das soluções adoptadas nos anteprojectos de estatutos das carreiras docentes. Assim, o Ministério da Educação recuou relativamente a posições que assumira e reconheceu ele próprio a necessidade de reelaborar substancialmente os documentos que submetera à consideração dos sindicatos.

No âmbito do processo de revisão dos estatutos de carreira, o SNESup, integrando a PRC, desenvolveu consultas frequentes com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, representado pelo seu vice-presidente, o reitor da Universidade de Lisboa. As reuniões decorreram de forma cordial e em clima informal e permitiram uma ampla troca de impressões sobre as questões essenciais. A questão das relações institucionais entre os sindicatos e o CRUP e o seu equivalente no ensino superior politécnico (CCISP) foi equacionada pela PRC, tendo-se inclusivamente solicitado, sem êxito, uma reunião tripartida entre o Ministério, estes conselhos de coordenação e as associações sindicais. Seja como for, esta é uma matéria que exigirá a curto prazo uma nova intervenção do SNESup.

No processo de negociações sobre os estatutos de carreira, que perdurará ainda provavelmente até ao fim do Verão de 1997, a Direcção do SNESup, sem prejuízo da operacionalidade da sua intervenção, procurou que as posições que assumiu correspondessem ao sentimento dos docentes em geral e dos associados em particular. Promoveu e participou, por isso, em encontros e debates, designadamente na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, no Instituto Politécnico de Setúbal e na Universidade do Porto. Aprovou também um documento de reflexão e orientação sobre os estatutos das carreiras docentes, que submeteu ao Conselho Nacional, e cuja discussão e aprovação não se acha ainda concluída.

Na sequência da posição expressa em abaixo assinado pelos docentes do ensino superior politécnico e da proposta apresentada pelos conselheiros nacionais eleitos pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, sobre a qual redigiu um parecer, a Direcção fez igualmente entrega no Conselho Nacional de um documento que propõe uma reestruturação das escalas indiciárias dos vencimentos das carreiras docentes do ensino superior de modo a satisfazer as pretensões daqueles docentes, no respeito das orientações aprovadas pelo próprio Conselho Nacional e sem sacrifício dos princípios consignados em *Um Contrato para o Futuro*. Esse documento, em caso de obter o assentimento do Conselho, será submetido às restantes organizações sindicais da PRC para que passe a definir a sua posição, em matéria de grelhas salariais.

Durante o ano de 1996, o SNESup, para além das negociações formais relativas à revalorização salarial e à revisão dos estatutos das carreiras, em que participou no âmbito da PRC, foi recebido, por si só, em audiência pelo Ministro da Educação e

pelo Secretário de Estado do Ensino Superior. Nessa reunião, em que o SNESup fez entrega de um memorando, expondo as suas principais preocupações, foram abordadas os seguintes problemas: a necessidade de alargamento dos quadros de professores, de modo a dar satisfação às suas justas perspectivas de promoção; a revisão dos rácios professor/aluno para valores que permitam às instituições funcionar com qualidade sem sobrecarregar os docentes; a introdução de um sistema de financiamento plurianual do ensino superior que, orientando-se embora por critérios objectivos, se baseie na negociação de contratos-programa entre o Estado e as instituições; fiscalização das condições de funcionamento do ensino superior particular e cooperativo e aprovação de legislação que defina um regime contratual para os seus docentes que lhes permita exercer as funções em condições de dignidade e autonomia; introdução de um regime fiscal que permita o abatimento até certo montante dos gastos de formação aos rendimentos do trabalho dependente; pagamento do subsídio de alimentação no regime de equiparação a bolseiro; regularização da situação de gestão de certas instituições (designadamente no Instituto Politécnico de Lisboa). Apesar da cordialidade da troca de impressões e do interesse com que os responsáveis pelo Ministério da Educação acompanharam a transmissão das posições do SNESup, é forçoso reconhecer que não foram ainda obtidos os resultados que se pretendiam.

A Direcção procurou ainda que o SNESup fosse ouvido nas negociações gerais da administração pública. Conseguiu que, pela primeira vez, alguns dos principais documentos em discussão lhe fossem enviados. No entanto, apesar da maior abertura da Secretaria de Estado na Administração Pública, ainda não obteve lugar à mesa das negociações, como entende ser seu direito. Este é aliás um domínio em que a intervenção da Direcção, pelas dificuldades de funcionamento antes mencionadas, ficou aquém do que seria desejável e que era pretensão da própria Direcção.

## **2. O SNESup perante a política para o ensino superior**

O SNESup não limitou a sua intervenção aos aspectos mais corporativos da política reivindicativa. Não deixou, assim, de tomar posição sobre os principais problemas do ensino superior e sobre as medidas mais significativas propostas pelo governo. Interveio publicamente, por isso, em diversas ocasiões, nos debates que surgiram, de forma espontânea ou organizada, em torno das grandes questões do sector.

Guiada pelo princípio de que o SNESup é um sindicato que procura intervir em defesa da qualidade do ensino superior, a Direcção elaborou pareceres sobre documentos emanados do governo. Começou por analisar o *Pacto Educativo para o Futuro*, denunciando a posição periférica para que nele foi remetido o ensino superior e a incompreensão manifestada pelo governo do papel que os sindicatos, e designadamente o SNESup, poderiam desempenhar nesse pacto. A Direcção manifestou ainda em nome do SNESup o seu cepticismo relativamente à eficácia do documento apresentado pelo governo e criticou o seu carácter vago e inconclusivo.

Ao pronunciar-se sobre o projecto de portaria que deveria regulamentar as habilitações para a docência, a Direcção exprimiu a sua discordância frontal em

relação aos princípios que informavam a proposta governamental e que eram idênticos aos da proposta avançada pelo anterior governo. Assim, não negando o direito ao governo, como principal empregador, de definir regras na habilitação para a docência, a Direcção mostrou a desigualdade de critérios no estabelecimento dos requisitos entre cursos e o afastamento desses requisitos relativamente aos cursos ministrados nas instituições de ensino superior. Denunciou o projecto de portaria como uma cedência a certos grupos de pressão e como relevando de uma vontade de regulamentação por parte do aparelho burocrático do Ministério da Educação, desejoso de recuperar o poder de determinar os *curricula* dos cursos superiores, de que foi desapossado pela autonomia das instituições.

O SNESup foi convidado pela Assembleia da República a emitir o seu parecer sobre as propostas de alteração da lei de bases do sistema educativo. Sendo uma questão delicada, susceptível de lançar a controvérsia, como de facto lançou, entre os docentes universitários e os docentes do ensino superior politécnico, a Direcção poderia ter optado pelo silêncio. Não é essa, porém, a atitude da Direcção e não foi para se abster que foi eleita. A Direcção entendeu assumir as suas responsabilidades e tomar uma posição, ainda que incómoda e sob o risco ser incompreendida e de, como sói dizer-se, não agradar nem a gregos nem a troianos. A Direcção alertou para o facto de o governo, ao contrário do que seria legítimo esperar, não ter ouvido os principais interessados sobre as suas intenções. Em posição pública, quando a proposta do governo incendiava os ânimos de apoiantes e contestatários, a Direcção denunciou os desacertos do governo no processo, afirmando que errara no tempo e no modo, uma expressão que seria glosada pela imprensa. Sobre a substância das propostas, a Direcção, estranhando a inexistência de uma exposição de motivos na proposta do governo, manifestou as suas reservas relativamente ao encurtamento da duração normal dos bacharelatos e considerou extemporâneas as alterações ao regime de formação de professores, por não se basearem numa previsão das necessidades ou na avaliação do sistema em vigor e por não incorporarem garantias de certificação da qualidade. A Direcção deixou bem claro que não agia em defesa de quaisquer monopólios corporativos e que nada tinha contra o princípio de que o ensino superior politécnico alargasse o seu âmbito de formação de professores. Apesar das pressões que sofreu, de várias partes, a Direcção entendeu assumir esta posição. Uma posição que, embora incompreendida por alguns, foi um sinal de ponderação e de equilíbrio num momento em que o bom senso escasseava no debate sobre esta questão.

A Direcção divulgou ainda os seus pontos de vista sobre outros aspectos da política para o ensino superior. No que diz respeito à lei quadro do financiamento deu conta da sua insatisfação com as orientações governamentais e com o facto de o SNESup não ter sido ouvido na matéria. A Direcção manifestou a sua preferência por um sistema de financiamento plurianual contratualizado e chamou a atenção para a necessidade de rever o conjunto de critérios que servem de base aos cálculos dos orçamentos-padrão das instituições.

Quanto à política para o ensino superior particular e cooperativo, a Direcção teve ocasião de apoiar as medidas que informavam um despacho proferido pelo Ministro da Educação em Abril de 1996 e que pareciam relevar da intenção de disciplinar o ensino particular e cooperativo. Infelizmente, essa intenção acabou por não se concretizar. A situação neste sector, e as condições, designadamente contratuais, em que os docentes exercem as suas funções, continua, por isso, a constituir um motivo de forte preocupação para a Direcção do SNESup.

### **3. A colaboração com outras associações sindicais e outros parceiros**

Durante o ano de 1996, o SNESup manteve a colaboração com a FENPROF e o SINDEP, no âmbito da Plataforma Reivindicativa Comum (PRC). Em termos gerais, o clima de bom relacionamento persistiu e foi possível acertar as posições tanto no que diz respeito à substância dos problemas, como às principais orientações estratégicas. Manifestaram-se num momento ou outro, como é natural, diferentes sensibilidades relativamente à forma de acção mais correcta. Houve, por vezes, necessidade de introduzir maior ponderação e de travar certas cedências ao voluntarismo por parte de algumas componentes da PRC. A composição das delegações dos nossos parceiros da PRC às negociações com o Ministério da Educação, extremamente alargada e nem sempre integrada pelas pessoas mais informadas, retirou também alguma eficácia à intervenção da PRC. No entanto, foi sempre possível salvaguardar o essencial e ultrapassar as diferenças. A Direcção do SNESup manteve-se sempre atenta para que não se verificassem quaisquer tentativas de aproveitamento de iniciativas da PRC por qualquer dos parceiros que a compõem e tomou sempre, no momento oportuno, as posições necessárias para evitar que se desenvolvessem quaisquer desvios que pusessem em causa o clima de colaboração no seio da PRC.

No quadro da PRC, desenvolveram-se contactos com os subscritores do Caderno Reivindicativo Comum firmado em 1995. Esses contactos destinaram-se a incorporar as reivindicações dos funcionários não docentes, para dar cumprimento às conclusões do Congresso do Ensino Superior. Contudo, os contactos mais assíduos foram mantidos com as associações de estudantes. Na sequência destes encontros realizou-se um encontro sobre financiamento, democratização e qualidade no ensino superior. A Direcção do SNESup, tal como o SINDEP, não aceitou que essa realização fosse instrumentalizada pelas associações estudantis na sua luta contra as propinas, por isso não subscreveu inteiramente o documento final. A Direcção fez então uma avaliação negativa da organização desse encontro e entendeu não haver vantagem na prossecução de iniciativas conjuntas com as associações de estudantes.

Fora do âmbito da PRC, a Direcção do SNESup desenvolveu alguns contactos com o SINDEP, tendo em vista uma concertação de posições e o reforço da representação institucional dos dois sindicatos. Por enquanto inconclusivos, esses contactos permitiram cimentar o bom relacionamento entre as duas organizações.

O SNESup, enquanto associação sindical consolidada e reconhecida como tal, tem vindo a ser convidado a estar presente em inúmeras iniciativas do foro educativo ou

sindical. É de destacar a presença da Direcção no Congresso da UGT. De resto, a Direcção solicitou às duas centrais sindicais informações sobre as modalidades de uma colaboração mais próxima. Encontrou a este propósito maior receptividade junto da UGT do que da CGTP.

#### **4. Manter os sócios informados, agir em sua defesa**

##### **d) informação**

Uma das funções essenciais de um sindicato é a de manter os sócios informados sobre as questões que lhes dizem respeito. Esse é não só um serviço que o sindicato presta aos seus associados, como uma condição para que a sua intervenção possa ter o suporte necessário a uma acção eficaz. Só um vasto conjunto de docentes e investigadores bem informados, poderá garantir uma mais ampla mobilização em apoio das reivindicações apresentadas pelo SNESup e das formas de acção que forem adoptadas.

A Direcção procurou veicular a informação essencialmente através do boletim *SNESup Informação* e da sua home-page na Internet. Reconhece-se que a informação ainda não funciona de forma ideal, mas foram feitos progressos, tanto do ponto de vista da periodicidade, como da qualidade gráfica — voltou a recorrer-se à impressão tipográfica e adoptou-se um novo formato — , como ainda da rapidez do envio. Enquanto não for possível publicar um novo órgão de maior qualidade e menos officioso, seria desejável que o *SNESup Informação* pudesse ter um conteúdo mais variado e interessante, não se limitando às notícias dos maiores problemas e da actividade da Direcção, o que depende em larga medida da colaboração dos associados. Quanto à home-page na Internet, cuja concepção tem sido elogiada, tem-se tentado melhorar a informação disponível e a sua actualidade, embora se reconheça que há muito ainda por fazer.

Tendo em vista a operacionalização de uma rede de comunicações rápidas com os sócios por intermédio dos delegados sindicais, a comissão permanente lançou, experimentalmente, um boletim officioso, designado *Correio (da) Permanente*, que permitiria fazer circular prontamente a informação nas escolas. Embora a experiência tenha sido positiva, será necessário ultrapassar ainda alguns constrangimentos de funcionamento da Direcção para que este boletim se torne um meio de comunicação habitual com os delegados sindicais.

##### **b) intervenção nas escolas**

As informações deveriam circular não só da Direcção para os associados, mas também dos delegados sindicais para a Direcção. Só assim será possível tomar pronto conhecimento de problemas individuais ou colectivos que surjam de forma dispersas em vários estabelecimentos de ensino superior. A verdade é que a mobilização dos docentes e investigadores está em refluxo, depois das greves de 1995, e o desenvolvimento da actividade dos delegados sindicais tem encontrado claras dificuldades. Este é um capítulo em que a Direcção deverá fazer mais do que até aqui

pôde fazer, designadamente através da promoção de eleições especiais para conselheiros nacionais/delegados sindicais.

Apesar de tudo, o SNESup foi chamado a intervir em processos colectivos em algumas escolas. Tomando conhecimento da situação aberrante em que se encontra uma unidade de investigação em química na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, em que os investigadores estão impedidos de usar os equipamentos, o SNESup tem procurado intervir por várias vezes junto dos órgãos da faculdade, da universidade e junto dos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, solicitando a reposição da legalidade. Esta intervenção fez-se no âmbito da PRC e em particular em colaboração com o SPRC, da FENPROF.

Na Faculdade de Arquitectura, foi solicitada por um grupo de docentes a intervenção do SNESup no quadro de um processo eleitoral muito atribulado para o Conselho Directivo. A Direcção comprometeu-se a agir desde que estivesse apoiada em depoimentos assumidos pelos docentes. Estes recuaram então, pelo que a intervenção não teve mais consequências.

Finalmente na Escola Superior de Saúde de Alcoitão, a solicitação dos docentes, o SNESup conseguiu fazer aceitar pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a abertura de negociações, tendo em vista a elaboração de uma carreira do pessoal docente. A Direcção do SNESup tem acompanhado o processo em ligação com os delegados sindicais eleitos.

Embora a capacidade de intervenção do SNESup nas escolas conheça grandes constrangimentos, a verdade é que, quando existe um corpo determinado e disposto a assumir publicamente as suas posições, a Direcção mostrou-se capaz de conduzir um processo de luta complicado.

## **5. Reforço da organização sindical e melhoramento dos serviços aos sócios**

A Direcção, no desenvolvimento do programa com que se apresentou às eleições de 1996, procurou durante o primeiro ano do seu mandato encetar algumas acções no sentido de reforçar a organização sindical e de proporcionar uma defesa mais sólida dos associados, prestando-lhes igualmente novos e melhores serviços. A Direcção procurou igualmente dotar o sindicato dos meios materiais apropriados ao desempenho das suas funções.

### **a) campanha de sindicalização**

A Direcção organizou uma campanha de convite à de sindicalização, que consistiu na divulgação do seu programa e na difusão conjunta de um folheto em que se chamava a atenção para a história do SNESup e para as vantagens colectivas e individuais que a sindicalização possibilitaria. Foram escolhidas certas instituições, em que se julgou haveria mais possibilidades de conseguir um número significativo de associados, tendo-se recorrido, para a distribuição da documentação, aos delegados sindicais e a outros sócios mais participativos. Tendo em conta que, por motivos que tiveram a ver com atrasos na execução gráfica dos documentos, a campanha acabou



por fazer-se tardiamente em época próxima das férias de Verão, pode dizer-se que constituiu um êxito.

#### **b) novos cartões de sócio**

A Direcção aprovou um novo modelo de cartão de sócio, de melhor qualidade e maior duração. Este cartão, para além de eliminar a necessidade de emitir anualmente novos cartões, permite uma identificação com maior dignidade dos associados.

#### **c) serviços de apoio jurídico**

A Direcção, tal como se manifesta no seu programa, sentiu necessidade de reforçar e melhorar os serviços de apoio jurídico aos sócios, que são os serviços mais solicitados e aqueles em que se pode jogar a sua situação profissional. Neste sentido, procedeu a uma reorganização dos serviços, através da transformação do vínculo que ligava o SNESup ao advogado (passagem de contrato de trabalho a contrato de avença) e da contratação de um novo advogado. Esta nova organização permitiu dotar o SNESup de uma maior capacidade de resposta, e de resposta mais pronta, numa área que é particularmente sensível. Sem prejuízo de se poderem introduzir, a prazo, novos melhoramentos, registaram-se alguns progressos. Foi possível, designadamente, estabelecer uma consulta jurídica semanal, a que os sócios têm recorrido com frequência.

#### **d) centro de documentação**

No desenvolvimento das suas estreitas relações com a APES - Associação Portuguesa do Ensino Superior, de que há muito o SNESup é sócio colectivo, a Direcção firmou um protocolo de acordo com aquela associação, no sentido de instituir um centro de documentação sobre o ensino superior. O centro de documentação António José Saraiva, como será designado, herda o material que vem sendo recolhido pela APES e pelo SNESup e procurará manter actualizada e organizar a informação sobre o ensino superior. Este serviço será aberto aos sócios logo que estejam reunidas as condições de funcionamento e que o estado da classificação da documentação o permita. O protocolo de cooperação permitiu ainda ao SNESup a aquisição, em condições extremamente favoráveis, das instalações em que a APES tinha a sua sede, um andar na Av. Guerra Junqueiro.

#### **e) instalações do SNESup**

A Direcção há muito vinha julgando necessário definir uma nova política de instalações. De facto, as instalações existentes, arrendadas, começaram a tornar-se insuficientes, não só porque o seu espaço se tornou exíguo para a arrumação da documentação reunida pelo SNESup, como, principalmente, porque impedia o melhoramento das condições de funcionamento, impossibilitando a contratação de novos funcionários ou dificultando a prestação de certos serviços na própria sede do sindicato.

As anteriores direcções sempre entenderam que não deveriam precipitar-se na aquisição de um sede para o sindicato, posição que a actual Direcção subscreve por

inteiro. Foram-se, no entanto, criando as condições materiais para a concretização desse projecto, aprovado já no primeiro congresso do SNESup (foi essa a razão do aumento das quotas então aprovado). Ora o protocolo de acordo com a APES veio criar a oportunidade para definir a mais curto prazo a política de instalações para o SNESup. A possibilidade de comprar, por um preço muito inferior ao do mercado, o andar em que a APES tinha a sua sede, com o compromisso de manter nas instalações do SNESup o Centro de Documentação António José Saraiva e um pequeno espaço para a APES, veio modificar o horizonte para a definição dessa política. De facto, ainda que, como se veio a verificar, o espaço adquirido exigisse melhoramentos e não constituísse uma solução de futuro, a sua aquisição (e a sua possível alienação) proporcionou as condições patrimoniais e financeiras para a resolução, a longo prazo, da questão das instalações do SNESup. Por isso, a Direcção solicitou ao Conselho Nacional autorização para aquisição e alienação do imóvel e, no cumprimento desse mandato, procedeu efectivamente à sua compra e à imediata liquidação desse pagamento. A Direcção, agindo de forma ponderada e tendo em vista a ocupação dessas instalações com a sede do SNESup, encomendou os estudos de distribuição dos espaços e de obras a realizar. Esses estudos permitiram concluir que seria mais vantajoso explorar os benefícios patrimoniais e financeiros propiciados pela aquisição do imóvel do que ali instalar de facto os serviços do SNESup.

## 6. Organização interna da Direcção

A lista eleita para a Direcção do SNESup começou a sua organização interna elegendo o presidente, Jorge Pedreira, os vice-presidentes, Pedro Abreu e Maria Luís Rocha Pinto, e o tesoureiro, Edgard Fortes. Dando continuidade às funções que exerciam na anterior Direcção, o tesoureiro manteve a direcção do boletim *SNESup Informação* e a vogal Adelaide Pires Madeira conservou o pelouro do sector da enfermagem. Ao vogal Nuno Ivo Gonçalves coube o acompanhamento do apoio jurídico.

O funcionamento interno da Direcção foi perturbado pela saída de dois dos seus membros destacados, que desempenharam um papel crucial na fundação e consolidação do SNESup, para exercerem funções no Ministério da Educação. O pedido de suspensão de mandato do vogal Pedro Lourtie e da vice-presidente Maria Luís Rocha Pinto para desempenharem respectivamente os cargos de director e directora-adjunta do Departamento de Ensino Superior criou alguns problemas de ordem política e de ordem organizativa à Direcção do SNESup.

De um ponto de vista político, essa saída teve consequências ambivalentes. Por um lado, demonstrou o prestígio e a notoriedade pública do SNESup e dos seus dirigentes e colocou em postos de responsabilidade pessoas que jamais prejudicarão voluntariamente os docentes do ensino superior e com as quais haverá sempre uma proximidade de contacto. Por outro lado, poderia suscitar dúvidas quanto à independência do SNESup e encurtar a sua margem de manobra. A Direcção ponderou estas consequências e passou a ter em conta na sua actuação os riscos que poderiam resultar da nova situação. Poderá dizer-se que, pelas posições que tomou, o SNESup demonstrou que preserva inteiramente a sua independência e que não comprometeu minimamente a sua capacidade de actuação política pelo facto de dois

dos seus dirigentes terem passado a desempenhar cargos de confiança do Ministro da Educação.

Mais difícil foi colmatar a perda, em termos organizativos, de dois membros da Direcção. Sem prejuízo da contribuição e do empenho dos colegas que os substituíram, o elenco directivo viu-se enfraquecido. Por motivo da saída Maria Luís Rocha Pinto foi necessário proceder ao preenchimento, sempre melindroso, de um dos cargos de vice-presidente, tendo a escolha recaído em Adelaide Pires Madeira. Subsequentemente, por renúncia de Edgard Fortes, que há vários anos vinha assegurando a direcção do *SNESup Informação*, foi necessário designar um novo director, tendo sido nomeado Pedro Abreu.

A mobilização do conjunto da Direcção ressentiu-se um pouco deste processo e é apenas um núcleo restrito que tem assegurado a gestão política e administrativa do sindicato. Esse núcleo está consciente de que há muito ainda por realizar no programa que se propôs, mas que, nas condições em que exerce o seu mandato, tem mantido o nosso sindicato no rumo certo e cumprido os principais objectivos que se propôs.